

## ***60º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA***

---

**NILSON VITAL NAVES**

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça  
e do Conselho da Justiça Federal*

Em feliz e grave momento, volto a participar do Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça. Feliz, porque encontro nesta oportunidade razão para rever a cidade onde nasci para as lutas do Direito na centenária Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. E momento grave, porque este Colégio, que se propõe, entre outras missões, a defender “os princípios, prerrogativas e funções institucionais do Poder Judiciário”, não pode eximir-se, como não o faz, de discutir questões cruciais que têm posto em xeque a inteireza, a eficácia, a autoridade, enfim, a independência do Judiciário, bem como os direitos dos cidadãos brasileiros.

Na verdade, o reconhecimento e a distribuição de tais direitos são deveres de todos os segmentos da sociedade. Se violados ou ameaçados, em sua defesa, como já tive ocasião de afirmar, o Poder Judiciário é chamado a cumprir a contento os seus misteres, essencialmente de proteção total às pessoas e à sociedade, assegurando àquelas os bens da vida e afastando desta os males.

Não obstante as dificuldades enfrentadas pelos órgãos julgadores é inevitável reconhecer o esforço hercúleo empreendido para atender aos clamores sociais por justiça. Considere-se, a propósito, a atividade do Superior Tribunal de Justiça: com apenas quatorze anos de funcionamento, recém-completados, já ultrapassou a impressionante cifra de um milhão de julgados. Contudo não se pode ignorar que, em verdadeira distorção da ordem estabelecida pelo Estado democrático de



direito, têm surgido vozes e pessoas estranhas ao Poder Judiciário dispostas a fazer às vezes do juiz.

Essas vozes e pessoas urge denunciá-las, e o farei enquanto me for possível, pois estou convencido – fatos recentes confirmam esta percepção – de que está em curso uma verdadeira tentativa de intimidação do Judiciário, causada, de um lado, pela violência urdida pelo crime organizado, de outro, pela tentativa de coibir os juízes de conceder liminares ou de julgar imparcialmente e conforme as provas, como já alertara o Professor Sacha Calmon, nestas nossas Minas Gerais, em recente artigo.

Quanto ao último caso, faço minhas as palavras do Ministro Milton Pereira, para quem “os insensatos não percebem que, desacreditando o Judiciário, quando procurarem a Justiça, verificarão que o seu direito, apesar de reconhecido, não terá pretório forte para ser concretizado”. Também por isso tenho apregoado, incansavelmente, que por certo não haverá democracia que valha a pena sem a existência de um Judiciário forte e independente, rápido e eficaz, atuante e prestante.

Trabalhar no encalço do Judiciário que queremos é tarefa diuturna à qual não se têm furtado os seus órgãos fracionários.

Cito, como exemplo, pela oportunidade do tema, a comissão instituída no âmbito do Conselho da Justiça Federal para tratar de questões referentes aos crimes de lavagem de dinheiro. Instalada em setembro de 2002, já em fevereiro deste ano apresentou suas conclusões. Acredito ser essencial ressaltar o caráter eclético dessa Comissão, porquanto reuniu, sob a presidência do Ministro Gilson Dipp, juízes federais, membros do Ministério Público Federal e representantes dos Ministérios da Fazenda e da Justiça, da Febraban, do Banco Central e da Receita Federal. O resultado foi à união dos Poderes Executivo e

Judiciário, bem como da sociedade organizada no combate a um sério problema que prejudica e inquieta a todos.

Das providências sugeridas após estudos e debates, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais já estão procedendo à especialização de varas federais criminais para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Em razão dos danos incalculáveis que tal tipo de atividade criminosa causa à sociedade, justifica-se a providência imediata.

Outras sugestões foram apresentadas, tais como a promoção de intercâmbio entre as instituições envolvidas, a criação de um cadastro nacional de correntistas, a regulamentação do envio da documentação solicitada aos bancos, a investigação sobre os indícios de existência do crime antecedente e outras mais, igualmente viáveis e importantes.

Analisando-se grande parte das propostas, observa-se a importância da cooperação entre as diversas instituições para permitir à sociedade defender-se contra as organizações criminosas. Hoje, estou convencido de ser essencial para o pleno combate aos crimes que algumas dessas medidas sejam tomadas no âmbito dos Estados.

Na verdade, a cada dia, fortalece-se minha convicção de que é necessário haver acordo em todas as esferas públicas, por meio do qual se atinja a paz social e se alcance o bem comum. A situação da reforma do Poder Judiciário é um exemplo emblemático. Quando cada setor limita sua perspectiva a algum aspecto em particular, vê-se o resultado: a reforma emperrou. Qual é nossa proposta? Que haja união em torno de algumas mudanças cuja importância já é consensual; que haja acordo, pois a sociedade não pode ficar à mercê de eternos recomeços, afinal – perdoem-me a lógica simples, mas há quem proponha isso – não se pode avançar quando se está sempre retornando ao ponto de partida.



A atual proposta de emenda dormitou oito anos na Câmara dos Deputados, caminhou lentamente. Há cerca de três anos se encontra no Senado Federal; teria lá vencido as comissões, mas estranhamente não foi à votação do plenário. Agora ressurge a idéia de retomada do projeto pelo Congresso, tudo sinalando, se vontade política houver e se interesses corporativistas não prevalecerem sobre os públicos, o caminho será refeito, o mesmo caminho, aquele que já foi aberto nas salas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Isso não importa, desde que ande a proposta e ande com vontade política, pois é inadmissível que se jogue numa lata de lixo uma década de estudos, trabalhos e debates como se fosse algo imprestável, e aí ficaria eu a duvidar do bom senso e da inteligência alheios.

Em meu ponto de vista, nem os cidadãos nem o Judiciário podem arcar com esse ônus do retrocesso. É preciso dar passos à frente. A criação de uma corte constitucional seria, por exemplo, um passo importante no sentido de se eliminar o quarto grau de jurisdição, fator de morosidade e procrastinação da prestação jurisdicional. Não é do meu gosto dizer, deixando-me até acanhado, porém não me vexo em proclamar que, sem a corte tipicamente constitucional, o Superior Tribunal perde o seu sentido, parecendo-me útil e melhor, como disse em meu discurso de posse, que retornemos ao modelo antigo.

A par da purificação das competências constitucionais, ponto cardeal da reforma, permitam-me realçar a independência do Judiciário, porquanto faz parte das nossas preocupações a discutida questão do controle. Ora, quando, pela primeira vez, se pensou em conselho, pensou-se em dar proteção à magistratura. Foi o que aconteceu, por exemplo, na França e na Itália. No Brasil, andam, de algum tempo para cá, a apregoar a estapafúrdia idéia de um controle externo, o que, obviamente, antes de conferir proteção à magistratura, pressupõe puni-la. Isso, no meu entender, significa colocar-se na contramão da história; e mais: tornar-se



dela objeto e não sujeito. Não me parece que todos quantos defendem tão estranha idéia queiram, agora, tornar-se objeto da história, exatamente aqueles que sempre quiseram dela ser sujeito. Insisto em dizer que nunca houve Judiciário tão transparente quanto o Judiciário brasileiro. Aqui os julgamentos sempre se fizeram a portas abertas, desde a nossa primeira constituição republicana. Necessitamos, sim, dúvidas não há - esse sempre foi o meu discurso -, de um controle, mas feito por pessoas ou membros do Judiciário, pois o controle externo fere os mais mezinhos princípios jurídicos. Aliás, veja-se o que disse recente editorial do Jornal do Brasil: "O caso do chamado controle externo do Judiciário merece reflexão à luz da cláusula pétrea constitucional da independência dos Poderes."

Creio, portanto, ser este o momento adequado para trazer à lembrança oportunas palavras de Rudolf von Ihering: "todos os direitos da humanidade foram conquistados na luta (...) e todo o direito, direito de um povo ou direito de um particular, faz presumir que se esteja decidido a mantê-lo com firmeza". Encerro, pois, conclamando a todos para a continuidade dessa luta em que vejo empenhados todos os eminentes presidentes que comparecem a este encontro.